

As perspectivas da Constituinte

José Carlos Graça Wagner

As flores e os frutos são suportados pelos ramos e a árvore pelas raízes. Por isso, com todos os defeitos da nossa formação cultural e política, que gera por sua vez uma espécie de ilegitimidade crônica de nosso sistema representativo e governativo, as nossas instituições são rigorosamente de cúpula e só arranham, quando muito, o solo da realidade nacional, cuja vida se desenvolve à margem das famosas estruturas burocráticas do Estado brasileiro: a Constituinte é um retrato de uma época.

E a realidade nacional não é esquerdista nem ideológica, mas é populista e preconceituosa. O populismo no Brasil — o Estado Novo foi apenas o ponto de rompimento das resistências liberais ao populismo paternalista — praticamente eliminou a possibilidade de um grande movimento de esquerda no Brasil. No fundo, a esquerda parece existir porque se associa ou se insere no populismo para tentar assumi-lo por dentro, como fez em outros países. No Brasil, a diferença é que o populismo paternalista é profundamente cultural e, deste modo, não necessita do esquerdismo socialista para manter-se à tona e formar as bases para o poder oligárquico. Este é a consequência política por excelência dessa condicionante da nossa história, desde os seus primórdios.

A esquerda ideológica, por sua vez, na sua fase de pregação, anterior à tomada do poder, se apresenta sempre com acentuada carga populista, pela simples razão de adotar a tática de lançar explorador contra exploradores, ou procurar mobilizar maiorias menos aquinhoadas contra minorias mais abonadas.

O populismo de esquerda é, portanto, de natureza tática. O populismo da oligarquia é estratégico. A esquerda usa as teses populistas para chegar ao poder, mas, depois de estabelecer seu sistema totalitário, gera a nova classe ou nomenklatura, que substitui a oligarquia, e se torna um clube fechado de privilegiados, que excluem as massas de qualquer participação no poder e nos benefícios da civilização moderna, a não ser os necessários a se tornarem mão-de-obra para a máquina econômica estatal. Já o populismo oligárquico utiliza-se das mesmas teses como forma de se manter no poder, de tal modo que necessita sempre de maiores doses de populismo paternalista para superar os inevitáveis desgastes de um sistema de governo irracional e com alto grau de irresponsabilidade. Esta é a origem de todos os chamados programas apresentados como de cunho social, mas que, em regra, servem para ampliar o poder da burocracia, em termos de empregulismo, e o controle da máquina política, em termos de estrutura oligárquica. É o caso do PIS-Pasep, do FGTS, com as condicionantes para o uso desses recursos, do Finsocial, do FND, todos apresentados como salvação dos trabalhadores ou como eliminadores da miséria. Acrescenta-se o Pró-Morar, o Pró-Educar e tantos outros que consomem enormes recursos e que não apresentam resultados, sendo abandonados a meio do cami-

nho e outros cujos recursos só em parcela mínima chegam às suas atividades-fins.

Do mesmo modo, o esquerdismo ideológico e o populismo paternalista têm os mesmos preconceitos, embora sejam táticos para o primeiro e estratégicos para o segundo. Contra a iniciativa privada e contra os estrangeiros. Para o esquerdismo, a questão está em eliminar os inimigos da nova ordem, para substituí-los pela tecnocracia do partido e pelos países da internacional socialista. Para o populismo, trata-se de submeter os empresários ao dirigismo do Estado, de modo a deixarem de representar riscos ao poder oligárquico e de submeter o capital estrangeiro a uma expressão mínima, para que a economia não escape do comando da oligarquia estatal. A razão da estatização é diversa para os dois grupos, mas ambos são estatizantes.

Os conservadores, no Brasil, são, em regra, populistas e estatizantes, a partir do paternalismo, cartorialismo, dirigismo, sindicalismo peleguista e partidos estruturados de cima para baixo, em suma, a partir de uma concepção oligárquica.

Por isso, são comuns alianças políticas esdrúxulas entre o esquerdismo e o conservadorismo, tal como aconteceu no Plano Cruzado e no consequente dirigismo econômico.

É a causa maior da predominância das propostas dos liberais no capítulo da Ordem Econômica na Constituinte, que, exatamente por esta razão, não tem um significado abrangente, como parece ter. No caso, os conservadores se puseram ao lado dos liberais, por se tratar de direitos essenciais à própria sobrevivência, mas não o fazem por razões de uma visão realmente privativista, de uma economia moderna e aberta, amplamente democrática, capaz de gerar muita liberdade de empreender ao lado de muita responsabilidade, decorrente do risco e da livre concorrência. Tanto assim que, nos demais capítulos da Constituição, o populismo continua a ser a tônica e o preconceito continua a apresentar virulência acentuada, a destacar a que se refere a bancos ou capitais estrangeiros, embora se pretenda que os países estrangeiros agasalhem a presença de bancos e empresas estatais brasileiras.

Na realidade, face à mentalidade da oligarquia, ela pode, sem perceber, inviabilizar a economia nacional como um todo, afastando o País do mundo em que está inserido, apesar de declarar-se, no capítulo da ordem econômica, como defensora da propriedade privada dos bens de produção. A tentativa de distribuir rendas e riquezas inexistentes, através de benefícios utópicos e redução do esforço de trabalho ou de distributivismo sem o que distribuir ou pelo menos sem infraestrutura para tornar eficaz a desconcentração de bens e serviços, pode, simplesmente, fazer com que a Constituição seja um emaranhado incoerente de intenções e promessas vazias, sem condições de unir a Nação, gerar o progresso e permanecer o tempo necessário para dar algum fruto.